

## XII ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SÍNODO DOS BISPOS SOBRE A PALAVRA DE DEUS

(XII Ordinary General Assembly of the Sinod of Bishops on the Word  
of God)

*Johan Konings SJ \**

**RESUMO:** Em outubro de 2008 transcorreu em Roma a XII Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, o qual é uma instituição permanente criada pelo Concílio Vaticano II para manter o diálogo dos pastores-bispos das Igrejas particulares. Nesta Assembleia, dedicada à Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja, foi retomada praticamente a Constituição Dogmática *Dei Verbum* do Vaticano II. Depois de apresentar o tema da Palavra de Deus, traçamos um breve histórico focalizando os inícios da Tradição cristã e os tempos modernos desde Leão XIII até hoje. Em seguida descrevemos a XII Assembleia Geral, especialmente a *Relatio post Disceptationem* e as *Propositiones*. Concluimos com uma reflexão teológico-pastoral sobre a Revelação e a leitura bíblica, e sugestões para a prática.

**PALAVRAS-CHAVE:** Revelação, Palavra de Deus, Bíblia e pastoral, Lectio Divina, Dei Verbum.

**ABSTRACT:** In October of 2008 the XII Ordinary General Assembly of the Sinod of Bishops took place in Rome. The Sinod of Bishops is a permanent institution created by the II Vatican Council in order to maintain the dialogue of pastors-bishops of the particular Churches. This Assembly, dedicated to the Word of God

---

\* Departamento de Teologia da FAJE – Belo Horizonte. Artigo submetido a avaliação no dia 04/07/2009 e aprovado para publicação no dia 28/07/2009.

in the life and in the mission of the Church, basically treated again the Dogmatic Constitution *Dei Verbum* of the II Vatican Council. After presenting the theme of the Word of God, we outline a brief history focusing on the beginnings of the Christian Tradition and the modern epoch since Leo XIII until today. Next we describe the XII General Assembly, especially the *Relatio post Disceptationem* and the *Propositiones*. We conclude with a theological-pastoral reflection on Revelation and the reading of the bible, and some practical suggestions.

**KEY-WORDS:** Revelation, Word of God, Bible and pastoral, *Lectio Divina*, *Dei Verbum*.

## 1. O Sínodo e a recepção do Concílio Vaticano II

De 5 a 26 de outubro de 2008 transcorreu, em Roma, a XII Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos da Igreja Católica. Observe-se, em primeiro lugar, que o termo “sínodo”, neste contexto, não designa um evento pontual, mas uma instituição permanente, nascida do Concílio Vaticano II e destinada a cuidar da semente plantada por ele, no quadro de um diálogo permanente entre os pastores das Igrejas particulares, que são os bispos. Portanto, o que transcorreu em outubro de 2008 não foi “o Sínodo”, mas sua XII Assembleia Geral Ordinária. As Assembleias Ordinárias são realizadas mais ou menos a cada três anos e possibilitam, entre outras coisas, acompanhar a “recepção” do Concílio. Sabe-se, de fato, que os concílios levam tempo para ser “recebidos”, isto é, assimilados pelo povo eclesial. Costuma-se dizer, por exemplo, que o Concílio de Trento só foi “recebido” no Brasil por volta do fim do século XIX, quando da “romanização”, que deu à Igreja Católica no Brasil, pelo menos em sua parte dominante, as feições desenhadas pelo Concílio de Trento, celebrado no século XVI. E, mesmo assim, sobrevive em amplos setores do catolicismo brasileiro, até hoje, um cristianismo de índole medieval, devocionalista, herdado da península ibérica e fecundado com feições indígenas e africanas. Embora considerando um lapso de tempo bem menor, podemos dizer coisa semelhante a respeito do Concílio Vaticano II. Quarenta e cinco anos depois de seu encerramento, ainda não foi plenamente compreendido; e suas intuições, muitas vezes, carecem ainda de ser transformadas em práticas e instituições adequadas. O Sínodo dos Bispos visa, pois, à recepção do Concílio e às devidas adaptações que os tempos e lugares exigem. Deseja-se que não se repita o que aconteceu com o Concílio de Trento, que levou quatro séculos a ser recebido. Sobretudo, porque nestes últimos quarenta anos aconteceu uma aceleração da história que equivale a quatro séculos de antigamente.

Por outro lado, recepção não significa simples aplicação de decisões tomadas no Concílio. Em primeiro lugar, porque o Concílio Vaticano II não

prescreveu muita coisa a ser simplesmente aplicada. Mesmo projetos relativamente concretos, como a reforma litúrgica, ficaram dependentes de regulamentações ulteriores e de especificações regionais, deixadas a cargo das Conferências Episcopais. Verdade é que a autoridade destas últimas foi um tanto cerceada nas décadas recentes. E não se sabe se foi por pressão das instâncias vaticanas ou por inércia das Conferências Episcopais que o novo catecismo, desejado pelo Concílio e promulgado por João Paulo II como instrumento para a elaboração de catecismos regionais, acabou se tornando um manual universal, que inclusive ganhou um resumo com perguntas e respostas reproduzindo a forma do catecismo tridentino. Exemplo claro de que a adaptação regional não funcionou como se sonhara na época do Concílio.

Outra razão para banir a ideia de uma simples aplicação ou execução mecânica do Concílio é que os tempos mudaram com uma rapidez espantosa, que o próprio Concílio não imaginava. Exemplo disso é o otimismo com que o Concílio via a relação entre a fé e as “realidades humanas”. Acreditava-se que as ciências, respeitadas em sua relativa autonomia, impulsionariam a melhora das relações humanas e a harmonia da civilização e da natureza. Que os organismos políticos mundiais seriam capazes de garantir a paz mundial. Que a socialização e a comunicação transformariam o mundo numa idílica aldeia global, na qual reinassem relações sociais justas e transparentes... A realidade se revelou bem outra e nos obriga, hoje, a repensar os sonhos e as utopias, que não perderam sua validade, mas carecem de outras linhas de ação que não as projetadas mais de quarenta anos atrás. Um primeiro sinal da complexidade da atualização do Concílio, pouco depois do encerramento, foi a recepção de sua mensagem social na América Latina, por ocasião da Conferência Episcopal em Medellín. O Concílio, realizado na atmosfera do Primeiro Mundo pós-Guerra Mundial II, apesar de ter expresso sua preocupação com os pobres, não tinha refletido suficientemente *a partir* dos pobres, a partir de seu lugar social e de seu protagonismo na transformação da sociedade. Medellín fez, então, uma releitura da *Gaudium et spes* nesta óptica e consagrou o modo de pensar que receberia, a partir da obra de Gustavo Gutiérrez, o nome de Teologia da Libertação.

Diante dessa acelerada, porém substancial transformação histórica, o Sínodo continua empenhado em “trocar em miúdos” as grandes intuições do Concílio. Por isso, não se devia esperar desta XII Assembleia Geral grandes inovações, nada que pusesse a mídia em alvoroço, mas apenas — e isso não é pouco — uma reflexão do episcopado católico, por meio de seus membros delegados, sobre um tema fundamental do Concílio, tratado especificamente na constituição conciliar *Dei Verbum*: a “Palavra de Deus”. E foi com grande satisfação que os representantes das Igrejas do Terceiro Mundo perceberam, neste encontro fraterno, o apoio que a Igreja universal deu à sua busca de caminhos novos.

## 2. A Palavra de Deus e a Sagrada Escritura nos primórdios da Igreja

“Muitas vezes e de muitos modos, Deus falou outrora aos nossos pais, pelos profetas. Nestes dias, que são os últimos, falou-nos por meio do Filho, a quem constituiu herdeiro de todas as coisas e pelo qual também criou o universo” (Hb 1,1-2). De fato, ao percorrermos as Escrituras, com frequência deparamos com a “palavra” ou, melhor, o “falar” de Deus — pois o *sensus hebraicus* privilegia o verbo e entende a palavra como o ato de falar, *dabar*<sup>1</sup>. A introdução de muitos oráculos proféticos pode ser traduzido como segue: “O falar de Deus aconteceu a [Jeremias, Ezequiel...]”<sup>2</sup>. A expressão *d<sup>e</sup>bar adonay* chega a indicar coletâneas proféticas inteiras<sup>3</sup>. Estas observações nos ajudam a compreender melhor a palavra de Deus como um acontecer, inclusive nos prólogos joaninos (Jo 1,1-18; 1Jo 1,1-4). Decerto, a palavra de Deus é também a *tôrâ*, instrução e mandamento (cf. Nm 15,31; Dt 5,5), mas também este sentido está muito próximo do anterior, pois tem sua origem no falar de Deus a Moisés, no Sinai, acontecer ao qual o povo respondeu com sua adesão (Ex 24,3).

Na tradição cristã, a expressão “palavra de Deus”, frequente nos Atos dos Apóstolos e nas Cartas do Novo Testamento, vai indicar a Bíblia inteira, como percebemos na aclamação litúrgica depois das leituras bíblicas. Mas a Palavra de Deus é mais ampla que as Escrituras. As Escrituras “situam” a palavra como expressão e referência da vontade ou desígnio de Deus, mas não a esgotam, pois ela é “viva e permanente” (1Pd 1,23). E segundo os prólogos joaninos, ela se torna presente na pessoa de Jesus de Nazaré (Jo 1,1-18; 1Jo 1,1-4).

Se o falar de Deus se encontra referenciado, embora não totalmente contido, nas Sagradas Escrituras, logo põe-se a questão da interpretação. Diz João que “ninguém jamais viu Deus” (Jo 1,18; 6,46), e nem mesmo os escribas “o viram nem o ouviram” (5,37); só aquele que veio do Pai o deu a conhecer, *exççsato* (1,18). Com estas frases, João enuncia o princípio da hermenêutica cristã das Escrituras: elas transmitem o falar de Deus na medida em que se torna palavra em Jesus Cristo. O centro das Escrituras, não só como foco central, mas como luz que as ilumina por dentro, é Cristo. Tal é a leitura cristã das Escrituras, nova em relação ao entendimento judaico na medida em que Jesus representa, ao mesmo tempo, a norma de interpretação das Escrituras antigas e o ponto de partida da consignação de novas Escrituras (o Novo Testamento), as quais, por sua vez, deve-

<sup>1</sup> Ainda que termos como *ne'um* ou *memra* tendam mais à substantivação.

<sup>2</sup> Jr 1,4; 1,11.13 etc.; Ez 3,16 etc.; Zc 4,8 etc.; e também 1Sm 15,10; 2Sm 7,4, além de outros lugares.

<sup>3</sup> Os 1,1; Jl 1,1; Ml 1,1; Sf 1,1.

rão ser entendidas a partir da práxis e pregação de Jesus, confirmadas por sua morte e ressurreição.

Aos poucos, os Pais da Igreja instaurarão uma tradição interpretativa que guiará a leitura das gerações ulteriores. A própria Tradição, enquanto continuação da práxis iniciada por Jesus, se torna norma da interpretação das Escrituras<sup>4</sup>, que, por sua vez, como referência escrita, são norma da fé guardada nesta Tradição: *norma normans et normata*. Estamos, com toda a evidência, num círculo hermenêutico. A Tradição viva, que não é senão a vida da comunidade de fé, se reconhece nas Escrituras, que ela guardou como marco de sua origem e que, por sua vez, são lidas e atualizadas à luz da práxis guardada desde o princípio. Esse dinamismo hermenêutico é justificado por uma compreensão ampliada da palavra de Paulo: “A letra mata, o espírito vivifica” (2Cor 3,6)<sup>5</sup>. O instrumento dessa hermenêutica é a prática da leitura segundo o sentido literal e segundo o sentido pleno<sup>6</sup>.

Nesta relação dialética, o Magistério eclesial se imporá como monitor ou árbitro para discernir o que é ou não é “palavra de Deus”. Isso, porém, não é aceito por todos os cristãos. A Reforma protestante opõe a essa “palavra tutelada” o princípio da interpretação pessoal e da *sola scriptura*. Princípio este que reflete uma atitude de reação, provavelmente em parte justificável, porém insustentável em sua radicalidade, pois é evidente que a Sagrada Escritura nasceu da Tradição. Visto que hoje em dia muitos teólogos protestantes, sobretudo das Igrejas históricas, concordam com esta visão, podemos deixar de lado as discussões tridentinas sobre as “duas fontes” da Revelação, Tradição e Escritura, como fez o próprio Concílio Vaticano II, falando de uma única “nascente” (*scaturigo*) (DV 9; DH 4212). Antes de chegar a esta nova formulação, porém, intensa foi a discussão.

### **3. A reflexão eclesial em tempos recentes**

#### **3.1. De Leão XIII a Pio XII**

Foi dado, no Sínodo, um destaque emblemático à constituição dogmática *Dei Verbum* (1965) do Concílio Vaticano II. E com razão, pois é a referência próxima do Magistério universal quanto à doutrina da Revelação. Mas

---

<sup>4</sup> P. BÜHLER, “Palavra de Deus: B. Teologia sistemática”, in J.-Y. LACOSTE (org.), *Dicionário Crítico de Teologia*, São Paulo: Loyola, 2004, p. 1332.

<sup>5</sup> *Ibid.*

<sup>6</sup> Mais conhecidos são os quatro sentidos distinguidos por Tomás de Aquino: o sentido literal, o alegórico, o moral e o anagógico. Cf. P. BEAUCHAMP, “Sentidos da Escritura”, in J.-Y. LACOSTE (org.), *Dicionário Crítico de Teologia*. São Paulo: Loyola, 2004, p. 1639.

esse documento referencial não pode ser desligado de outras expressões do Magistério, que lhe prepararam o caminho: a encíclica *Providentissimus Deus* de Leão XIII (1893) e a *Divino afflante Spiritu* de Pio XII, publicada no cinquentenário do documento anterior (1943). Vale lembrar as palavras do Papa João Paulo II na entrega do documento da Pontifícia Comissão Bíblica sobre a *Interpretação da Bíblia na Igreja*<sup>7</sup>, no centenário da *Providentissimus Deus* (1993), quando o atual Papa era Secretário da Comissão da Doutrina da Fé: “A *Providentissimus Deus* [...] quer sobretudo proteger a interpretação católica da Bíblia contra os ataques da ciência racionalista; [...] a *Divino afflante Spiritu* preocupa-se mais com defender a interpretação católica contra os ataques que se opõem à utilização da ciência por parte dos exegetas, e que querem impor uma interpretação não científica, chamada ‘espiritual’ das sagradas Escrituras”<sup>8</sup>. O Papa (ou seu teólogo!) acentua que essa resposta não se perde na polêmica, mas procura aprofundar a compreensão do mistério da Encarnação<sup>9</sup>.

De fato, a Encarnação constitui o *analogatum princeps* para compreender de que modo nos fala a mensagem das Escrituras. Diz Pio XII, na *Divino afflante*: “Como o Verbo substancial de Deus se fez semelhante aos homens em tudo, exceto no pecado, assim também a palavra de Deus, expressa em língua humana, se assemelhou em tudo à linguagem humana, excluso o erro”<sup>10</sup>. Esta comparação, retomada na *Dei Verbum* (n. 13), serviu para fundamentar o reconhecimento dos gêneros literários e o modo figurativo de falar no próprio sentido literal (i.é, o que o autor quis dizer). E serve também para compreender de modo mais profundo a condescendência de Deus nas Escrituras e reconhecer os outros condicionamentos humanos, como disse João Paulo II ao receber o Documento de 1993: “O estudo dos condicionamentos humanos da palavra de Deus deve ser prosseguido com um interesse incessantemente renovado”<sup>11</sup>. Mas insiste que isso não é suficiente. O exegeta deve ajudar o povo cristão, alimentado por um impulso de vida espiritual, a perceber, nos textos, a palavra de Deus. Faltando tal fundamento espiritual, a investigação exegética fica incompleta. A exegese deve “pôr os crentes em relação pessoal com Deus”<sup>12</sup>. A *Dei*

---

<sup>7</sup> Podem-se mencionar ainda outros documentos, especialmente a Encíclica *Spiritus Paraclitus* de Bento XV, que, timidamente e num espírito apologético, na linha da *Providentissimus Deus*, contribuiu para dar mais abertura aos estudos bíblicos depois do fechamento provocado pelo decreto *Lamentabili* e as condenações anti-modernistas no tempo de Pio X.

<sup>8</sup> Discurso de S. Santidade o Papa João Paulo II sobre a Interpretação da Bíblia na Igreja, *Osservatore Romano*, ed. semanal em português, 02/05/1993, pp. 6-8, n. 3, apud PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, *A Interpretação da Bíblia na Igreja*, Texto oficial, Petrópolis: Vozes, 1994, p. 5.

<sup>9</sup> *Ibid.*, pp. 6-7 (Discurso..., nn. 4-5).

<sup>10</sup> *Enchiridion Biblicum*, n. 559.

<sup>11</sup> PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, *A Interpretação da Bíblia na Igreja* (ver nota 8), p. 10 (Discurso..., n. 8).

<sup>12</sup> *Ibid.*, p. 13 (Discurso..., n. 11).

*Verbum* afirma, pois, as Escrituras — tendo presente seu caráter humano e sua contínua atualização hermenêutica — como Palavra de Deus no acontecer *total* da Revelação divina.

O prefácio do documento de 1993, assinado pelo então Cardeal Ratzinger, inicia com a frase de Leão XIII, repetida na *Dei Verbum*: “O estudo da Bíblia é como a alma da Teologia”<sup>13</sup>. Depois exprime a preocupação com a insuficiência da mera busca do sentido literal (pelos reconhecidos métodos científicos), porque isso “pode levar a se reter completamente a Palavra no passado e a não permitir que seja percebida na sua atualidade”<sup>14</sup>. Além disso, continua o teólogo, tal enfoque unilateral pode dar a impressão de que só o aspecto humano é real, deixando o verdadeiro autor, Deus, fora de alcance. E ainda que se reconheça a utilidade, para a Teologia, de tudo o que contribua para um melhor conhecimento da verdade, a disputa em torno do alcance e reto uso do método histórico-crítico continua<sup>15</sup>. Visto que, desde Leão XIII e Pio XII, “o espectro dos métodos de trabalho exegético se ampliou”<sup>16</sup> (estruturalismo, leituras perspectivistas, ...), tornou-se preciso oferecer um panorama dos métodos atuais com suas possibilidades e limites. “Pressupondo tudo isto, o texto põe a questão de como pode ser então conhecido o sentido da Escritura. Este sentido no qual se interpenetram palavra humana e Palavra Divina, a singularidade histórica do acontecimento e a perenidade da Palavra eterna, que é contemporânea a qualquer época. A palavra bíblica provém de um passado real, mas não somente do passado, porém igualmente da eternidade de Deus”<sup>17</sup>.

### **3.2. A constituição *Dei Verbum* do Concílio Vaticano II**

A *Dei Verbum* foi o parto mais difícil do Concílio Vaticano II. Para encaixar os trabalhos do Concílio, precisava-se de uma constituição sobre a Revelação, devendo responder a três problemas: a compreensão e suficiência da Escritura, a nova compreensão da inspiração diante da exegese histórico-crítica e a recepção do movimento bíblico que precedeu e preparou o Concílio. O esquema preparatório, que era chamado, na esteira do Concílio Vaticano I, “*De fontibus revelationis*” (a Tradição e a Sagrada Escritura), logo causou enorme resistência, porém não a ponto de ser rejeitado com a maioria de 2/3 necessária para que fosse retirado. Então o próprio Papa João XXIII, em novembro de 1962, o mandou retirar e substituir por outro, “*De divina revelatione*”, que, depois de diversas revisões, foi vota-

<sup>13</sup> Encíclica *Providentissimus Deus* (*Enchiridion Biblicum*, n. 114); cf. DV = Constituição Dogmática *Dei Verbum*, n. 24.

<sup>14</sup> PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, *A Interpretação da Bíblia na Igreja*, p. 21.

<sup>15</sup> *Ibid.*

<sup>16</sup> *Ibid.*, p. 22.

<sup>17</sup> *Ibid.*, p. 23.

do, já sob a autoridade de Paulo VI, no fim do Concílio, em setembro de 1965<sup>18</sup>. O termo “fontes” tinha sumido e em seu lugar apareceu “a mesma nascente divina”<sup>19</sup>.

Quais foram as causas dessa mudança? Por um lado, a consciência de que a Sagrada Escritura não é uma fonte à *parte* da Tradição, mas *inerente* a esta. Por outro lado, a sensibilidade pela humanidade da Palavra Divina e a condescendência de Deus, de acordo com o pensamento no qual se situam as encíclicas de Leão XIII e de Pio XII<sup>20</sup>. E também, a atmosfera geral, que, no afã de “abrir as janelas para o mundo”<sup>21</sup>, desacreditava uma visão demasiadamente sobrenaturalista da inspiração (e) dos escritos bíblicos.

A *Dei Verbum* está estruturada em seis capítulos: 1) A revelação como tal. 2) A transmissão da Divina Revelação. 3) A inspiração divina da Bíblia e sua interpretação. 4) O Antigo Testamento. 5) O Novo Testamento. 6) A Sagrada Escritura na vida da Igreja. O tema da Assembleia de 2008, “A Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja”, lembra o título do capítulo final da *Dei Verbum*. Mas “A Sagrada Escritura” virou “A Palavra de Deus”, de acordo com a distinção que a XII Assembleia acentuará. E o acréscimo “e na missão” lembra o apelo de Paulo VI e de João Paulo II por um renovado zelo missionário, diante da secularização que grassa no catolicismo “ocidental”, diante da recuperação do catolicismo nos países ex-comunistas e diante do crescimento das Igrejas jovens especialmente na África e na Ásia. Neste sentido, o Sínodo mostra sua intenção de fomentar a recepção e atualização do Concílio.

### **3.3. A conferência de Aparecida em 2007**

Não se pode falar da XII Assembleia Geral do Sínodo sem levar em consideração a V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho, realizada em Aparecida do Norte (SP), de 13 a 31 de maio de 2007.

O texto conclusivo mostra, já na introdução, a preocupação à qual procura responder: por um lado, a erosão da vida católica tradicional e a invasão de tendências contrárias aos valores cristãos, por outro, o desejo de suscitar

---

<sup>18</sup> Cf. DH = H. DENZINGER, *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. Traduzido, com base na 40ª edição alemã (2005), aos cuidados de Peter Hünermann, por José Marino Luz e Johan Konings. São Paulo: Loyola, 2007. Introd. aos nn. 4201-4235.

<sup>19</sup> DV 9; DH 4212.

<sup>20</sup> A Constituição Dogmática *Dei Filius*, do Vaticano I (1870), atribui a iniciativa da revelação de Deus à sua “sapientia et bonitas” (DH 3004, latim), a DV, à sua “bonitas et sapientia” (DH 4202). A troca de ordem dos termos pode ser significativa.

<sup>21</sup> Expressão atribuída a João XXIII.

atitudes e atuações de discípulo-missionário a partir do encontro pessoal com Cristo<sup>22</sup>. Encontro com aquele que é a Palavra de Deus em existência humana, não mero “aproveitamento” da Bíblia em função das mediações culturais, socioreligiosas e pastorais práticas, por mais valiosas que sejam, mas antes de tudo vivência atualizada daquilo que os seguidores primeiros de Jesus ouviram de sua boca e apreenderam de sua práxis, que é a encarnação da autocomunicação de Deus num existir humano.

O encontro com Jesus Cristo é o tema do sexto capítulo do documento de Aparecida. A insistência no encontro com a pessoa de Cristo como fonte da fé e da prática do discípulo-missionário, porém, não deve levar a uma interpretação intimista, nem separar a fé e a razão, como facilmente acontece no ambiente em que nós vivemos. É “encontro de fé com o inaudito realismo de sua Encarnação”<sup>23</sup>. É encontro com o Verbo Encarnado de Deus, encontro com uma pessoa histórica, situada na história de seu tempo e participando ativamente dela. Encontro com o Verbo Encarnado conforme se encontra “narrado” — na perspectiva da fé — na memória dele que são os evangelhos. O ter Cristo diante dos olhos, que poderíamos chamar a mística cristã, deve focalizar o Jesus dos evangelhos, o Jesus que proclama a chegada do Reinado de Deus, que se dirige em primeiro lugar aos pobres e oprimidos, forte em seu autoritativo falar e coerente em seu agir, por causa de sua união e obediência filial a Deus que de modo único conhecia como Pai. O Jesus que foi coerente para com sua palavra e fiel àqueles a quem a transmitiu, fiel até à morte na cruz, livremente assumida por amor até o fim. O Jesus que uniu indissolivelmente o amor a Deus e ao próximo e nos legou o amor fraterno como distintivo dos seus discípulos (Jo 13,34-35). O Jesus que iniciou a práxis do Reino como o Definitivo de Deus presente no meio de nós. E tal práxis não é possível sem o envolvimento de todas as nossas capacidades humanas — coração e razão —, solicitadas pelo apelo ético transcendente que nos vem através do outro, nosso irmão<sup>24</sup>.

O lugar de encontro com este Cristo é a Igreja que transmite e celebra sua memória e recebe a missão de manter viva sua práxis, sem a qual sua palavra e memória ficam irreais e irrelevantes para nosso tempo. Concre-

---

<sup>22</sup> DAp = CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO, *Documento de Aparecida*: Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, 13-31 de maio de 2007, São Paulo: Paulus, 2007, n. 12. Cf. n. 10: a Conferência se propõe “a grande tarefa de conservar e alimentar a fé do povo de Deus e recordar também aos fiéis deste Continente que, em virtude de seu batismo, são chamados a serem discípulos e missionários de Jesus Cristo” (BENTO XVI, Audiência Geral, quarta-feira 23 de maio de 2007, n. 3).

<sup>23</sup> DAp 242.

<sup>24</sup> Dizemos “através do outro, nosso irmão”, porque o irmão não é a fonte desse apelo transcendente, mas o lugar em que se faz ouvir; cf. J. KONINGS, “Deus que passa”, *PerspTeol* 40 (2008) 243-250.

tamente, esse encontro acontece ao inserir-se na Tradição viva que guarda em seu bojo a Sagrada Escritura como referência escrita, sem a qual não se conhece o Cristo nem se pode anunciá-lo (DAp 247). Em vista disso aconselha-se a *Lectio Divina* (DAp 249). Encontra-se o Cristo vivo também na liturgia, na Eucaristia e nos demais sacramentos, na oração e na piedade popular (DAp 250-265).

Muitas dessas ideias ecoaram, como veremos, nos depoimentos e nas proposições da XII Assembleia do Sínodo.

#### **4. A Assembleia Geral de 2008** <sup>25</sup>

Como foi dito, o Sínodo visa à recepção do Concílio Vaticano II, agora em circunstâncias já bastante modificadas. Constatamos que muitas intuições do Concílio ainda não foram assimiladas pelo povo eclesial, inclusive por seus líderes. É o caso da constituição *Sacrosanctum Concilium*, que inaugurou a reforma litúrgica, mas aparentemente ainda não bem compreendida quanto a seu espírito. Prova disso é o espetáculo de nossas liturgias hoje em dia, sobretudo nas celebrações midiáticas, amiúde imitadas nas paróquias<sup>26</sup>. É o caso também da constituição sobre a Revelação, a *Dei Verbum*, que devia inaugurar uma nova compreensão da Palavra de Deus na vida da Igreja. Sentimos o desejo de que, finalmente, a riqueza da *Dei Verbum* seja percebida e recebida não apenas pela porção “menor porém melhor” da Igreja Católica, mas também pela porção maior! Por todos os que têm um verdadeiro compromisso com a nossa fé. Esse desejo, porém, continua uma pergunta incerta... A resposta dependerá, em parte, do nosso empenho.

##### **4.1. A preparação**

A XII Assembleia Geral Ordinária do Sínodo foi preparada nas Igrejas particulares/Conferências episcopais a partir do *Instrumentum Laboris*. Este instrumento e as respostas das Conferências locais deram origem à exposição introdutória apresentada pelo Relator Geral, o cardeal Marc Ouellet, de Quebec (Canadá), a *Relatio ante Disceptationem*. Seguiu-se então a *Disceptatio* ou discussão, consistindo nas intervenções dos 253 Padres Sinodais, bispos do mundo inteiro, eleitos pelos seus irmãos das diversas Conferências episcopais ou indicados pelo Papa Bento XVI. As

<sup>25</sup> Neste item repetimos, em parte, o que já foi publicado em J. KONINGS, “O Sínodo da Palavra de Deus”, *Convergência* 44 (2009) 17-33.

<sup>26</sup> O principal problema parece ser a confusão entre Eucaristia como memorial da morte do Senhor, louvor, devocionismo e show religioso.

intervenções dos Padres Sinodais, ora programadas, ora espontâneas (até o Papa pediu permissão para fazer uma intervençãozinha...), constituem o *horizonte de atualidade* sobre o qual se desenha aquilo que o Sínodo propõe e as mensagens que ele deixa. Os Padres expuseram as experiências e testemunhos de suas Igrejas locais, seus anseios e preocupações, sua compreensão daquilo que é a Palavra de Deus, seu projeto missionário para que a Palavra atinja os fiéis e o mundo.

## 4.2. A *Relatio post disceptationem*

O Relator Geral captou de modo inteligente esse horizonte na sua *Relatio post Disceptationem*, dividida em três partes:

### 1) *Deus fala e escuta*

No diálogo entre Deus e toda a humanidade em Jesus Cristo, que é sua Palavra gerada pelo Espírito no meio de nós, Deus-Trindade torna-se um “Tu” para o ser humano. Essa Palavra é performativa, instaura um diálogo de salvação. Cristo é a plenitude e cumprimento da revelação de Deus-Trindade, único mediador desta “economia”. A Igreja guarda e transmite essa mediação, recebendo do mesmo Espírito o dom das Escrituras, que não se pode ignorar sem ignorar Cristo. Na Igreja, o ser humano é chamado à escuta de Deus que o escuta. Isso contém uma dimensão sacramental: na Igreja se escutam as Escrituras como “o que na verdade são”: Palavra de Deus (cf. 1Ts 2,13). Assim, o homem torna-se um ouvinte da Palavra, e Deus um ouvinte do homem que o invoca.

### 2) *A Palavra de Deus, a Sagrada Escritura e a Tradição*

O evento da Palavra é um *evento* de salvação. A Sagrada Escritura *testemunha* um engajamento mútuo de Deus e o homem, e a interpretação da Escritura segundo o que ela na realidade é, Palavra de Deus (1Ts 2,13), só é acessível a quem vivencia essa afinidade. Essa vivência se dá no ambiente da Igreja, convocada pela Palavra de Deus, antes de receber e conservar como regra de fé o testemunho escrito da pregação apostólica, juntamente com os escritos de Israel, na Sagrada Escritura *cristã*<sup>27</sup>. Assim, a Sagrada Escritura está embutida na grande transmissão ou “Tradição” da qual ela é também o ponto de referência e aferição. O Magistério eclesial, com a luz do Espírito Santo, garante a compreensão de sua verdade, que como “verdade para nossa salvação” possui na Escritura a garantia da inerrância<sup>28</sup>. A vida espiritual e comunitária da Igreja fomenta essa trans-

<sup>27</sup> O que não exclui que possam ser desfrutados fora desse âmbito, por exemplo na leitura judaica.

<sup>28</sup> A inerrância está diretamente relacionada à inspiração para ensinar a “verdade salutar” (DV 11: “em vista de nossa salvação”), o caminho da salvação, não aos aspectos de ciência profana que fazem parte da expressão humana.

missão e comunicação viva, na liturgia e nos sacramentos, especialmente na Eucaristia, que une a Palavra ao gesto do dom da vida. Daí o papel exímio da homilia, que, infelizmente, não se verifica na prática. A Palavra tem até uma dimensão sacramental: como as espécies eucarísticas comunicam o mistério sob o véu do signo, assim também a palavra eterna de Deus se comunica nos limites de uma palavra humana. Partindo da frase da *Dei Verbum*: “o estudo das Sagradas Escrituras deve ser como que a alma da sagrada Teologia” (DV 24), observa-se que a teologia em geral não acompanhou o avanço dos estudos bíblicos. Corre-se o risco de uma exegese sem teologia e de uma teologia sem exegese séria. Está na hora de preencher esse hiato, sem recuar no estudo científico, respaldado por Pio XII, pelo Concílio Vaticano II e pela Declaração da Pontifícia Comissão Bíblica de 1993. Mas a leitura bíblica deve chegar a um nível verdadeiramente teológico e espiritual, abrindo o sentido literal para frente, para a vivência atual da fé no meio do mundo. É o que desde os alvares do cristianismo acontece na *Lectio Divina*, que espera por novas formas adaptadas a nossa atualidade.

### 3) *Palavra de Deus, missão, diálogo*

O testemunho que devemos dar de nossa fé exige uma *volta ao querigma* como ponto de partida da catequese, evitando o moralismo, o misticismo (revelações privadas!) e o hermetismo (abordagens bíblicas sofisticadas). A chave da catequese é uma hermenêutica bíblica verdadeiramente cristã, uma auscultação da Palavra que produza seus frutos na prática fraterna<sup>29</sup>. Aí se desdobra o panorama das comunidades pobres, muitas vezes bem novas (na África!), nas quais os catequistas ou os agentes/ministros extraordinários da Palavra são verdadeiros promotores de eclesiogênese. Desdobra-se também o panorama de uma cultura pós-moderna à espera de uma palavra de sentido e de responsabilidade. E ainda, o panorama da diversidade religiosa, à espera de diálogo em vez de divisão e fundamentalismo ameaçador da paz.

## **4.3. Os Círculos Menores e as Proposições** <sup>30</sup>

O segundo momento do Sínodo consistiu na elaboração, nos “círculos menores”, de 55 *Proposições* que, depois de votadas em plenário, foram apresentadas ao Papa para alimentar a exortação apostólica pós-sinodal

<sup>29</sup> É praticamente o que entre nós chamamos de “catequese narrativa”.

<sup>30</sup> Para o texto completo das Proposições, veja: SINODO DEI VESCOVI. XII ASSEMBLEA GENERALE ORDINARIA. Elenco finale delle Proposizioni. [http://www.vatican.va/roman\\_curia/synod/documents/rc\\_synod\\_doc\\_20081025\\_elenco-prop-finali\\_it.html](http://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20081025_elenco-prop-finali_it.html) (acessado 10/07/2009).

que deverá tornar autoritativos, em nível de magistério ordinário, os resultados da XII Assembleia Geral<sup>31</sup>.

1) *A Palavra de Deus na Fé da Igreja (Prop. 3-13)*

Como o assunto do Sínodo não era, propriamente, a Bíblia, mas a Palavra de Deus, a Prop. 3 diz: “A expressão Palavra de Deus é analógica. Refere-se em primeiro lugar à Palavra de Deus em pessoa, que é o Filho Unigênito de Deus, nascido do Pai antes de todos os séculos, o Verbo do Pai feito carne (Jo 1,14). A Palavra de Deus, já presente na criação do universo e de modo particular no ser humano, revelou-se ao longo da história da salvação e se encontra atestada por escrito no Antigo e no Novo Testamento. Esta Palavra de Deus transcende a Escritura, a qual, todavia, a contém de modo totalmente singular. Sob a guia do Espírito (cf. Jo 14,26; 16,12-15), a Igreja a guarda e conserva na sua Tradição viva (DV 10) e a oferece à humanidade mediante a pregação, os sacramentos e o testemunho da vida. Os pastores educam, portanto, o povo de Deus para que perceba os diversos sentidos do termo Palavra de Deus”<sup>32</sup>.

A este sentido *analógico* junta-se o sentido *dialógico* da expressão Palavra de Deus. Pois se é palavra, é linguagem, e linguagem só tem sentido se institui um diálogo em que dois falam e escutam. Diz a Prop. 4: “O diálogo que se refere à Revelação implica o primado da Palavra de Deus que se dirige ao ser humano. No seu grande amor, Deus quis ir ao encontro da humanidade e tomou a iniciativa de falar aos homens, chamando-os a participar de sua própria vida. O específico do cristianismo se manifesta no Evento Jesus Cristo, cume da revelação, cumprimento das promessas de Deus e mediador do encontro entre Deus o homem. Ele, que ‘nos manifestou Deus’ (Jo 1,18), é a palavra única<sup>33</sup> e definitiva dada à humanidade”. A experiência cristã é a de um diálogo com Deus, que se dá essencial e decisivamente em Jesus de Nazaré. A Proposição termina assim: “Para acolher a Revelação, o ser humano deve abrir a mente e o coração à ação do Espírito Santo, que o faz entender a Palavra de Deus presente nas Sagradas Escrituras. O homem responde a Deus em plena liberdade, com a obediência da fé (cf. Rm 1,5; 2Cor 10,5-6; DV 5)”. Observemos que “obediência da fé”, em português, não traduz a riqueza do latim *oboedientia fidei*, que significa o prestar ouvido (*ob-audire*), a atenção ativa ao falar de Deus.

Não apareceu, infelizmente, nas Proposições, um aspecto que foi sublinhado nos textos preparatórios e esperamos seja respecado na Exortação

<sup>31</sup> Espera-se a publicação até o fim deste ano de 2009.

<sup>32</sup> Traduzimos as Proposições a partir do texto provisório aprovado na sessão final e confiado, em italiano e de modo officioso, ao serviço de imprensa (ver supra, nota 30).

<sup>33</sup> Supõe-se que o redator da Proposição quis dizer: única em seu gênero.

Apostólica: a escuta da parte de Deus, sem a qual não se pode falar em verdadeiro diálogo. Não faltam textos bíblicos a lembrar a escuta de Deus: ele escuta a voz do sangue inocente de Abel (Gn 4,10), a voz de seu povo oprimido (Ex 3,7), a voz da mulher humilhada porque estéril (1Sm 1,27), a voz de seu Filho querido, não para o livrar da cruz, mas para que, tendo “aprendido o que significa obedecer”, fosse levado à consumação, tornando-se o salvador de todos os que obedecem a Deus (cf. Hb 5,7-9). A palavra de Deus só é palavra da vida se é um verdadeiro diálogo, e o assunto do diálogo é a vida do ser humano que, segundo Ireneu, é a glória de Deus<sup>34</sup>. A procura da palavra de Deus na Bíblia não deve terminar na letra da Bíblia, mas tem por objeto a vida que Deus nos deu. Na Bíblia falamos com Deus sobre a vida. E ele responde pelo fenômeno da linguagem escrita (entre outros). No silêncio dos sinais escritos, a Bíblia é a resposta de Deus que escuta quem se abre à sua Palavra.

A Prop. 7 fala da unidade entre a Palavra de Deus e a Eucaristia — ideia que une o recente Sínodo sobre a Palavra de Deus ao anterior, sobre a Eucaristia. A palavra bíblica proclamada está unida ao memorial do gesto de amor até o fim, que é sua melhor e mais autêntica exegese. Neste sentido, a Prop. 7 escreve: “A Palavra de Deus se faz carne sacramental no evento eucarístico e leva a Sagrada Escritura a seu pleno cumprimento. A Eucaristia é um princípio hermenêutico da Sagrada Escritura [...]”<sup>35</sup>. A partir daí é sugerido um aprofundamento do tema da sacramentalidade da Sagrada Escritura.

A Prop. 10 lembra a valorização do Antigo Testamento, no sentido de ele ter emprestado ao Novo as suas palavras e neste ter encontrado seu sentido pleno<sup>36</sup>.

A Prop. 11 retoma, a respeito da Sagrada Escritura, a opção preferencial pelos pobres: “Como ensina a Encíclica *Deus Caritas est*, os primeiros a ter direito ao anúncio do Evangelho são os pobres, necessitados não só de pão mas também de palavras de vida. Mas os pobres não são apenas destinatários da caridade, mas também agentes de evangelização, enquanto abertos a Deus e generosos no partilhar com os outros. Os pastores são chamados a escutá-los, a aprender deles, a guiá-los em sua fé e a motivá-los a serem artífices da própria história”.

Outras Proposições ainda acentuam o papel do Espírito Santo, a inspiração bíblica, a leitura patrística da Escritura, a leitura pessoal unida à oração, a questão da Bíblia e da lei (moral) natural.

<sup>34</sup> IRINEU DE LIÃO, *Adversus haereses*, lib. 4, 20, 7.

<sup>35</sup> SINODO DEI VESCOVI. XII ASSEMBLEA GENERALE ORDINARIA. Elenco finale delle Proposizioni, ver supra, nota 30.

<sup>36</sup> Cf. PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, *A Interpretação da Bíblia na Igreja* (ver supra, nota 8), III A 2.

## 2) *A Palavra de Deus na Vida da Igreja (Prop. 14-37)*

A Sagrada Escritura está intimamente relacionada à Liturgia, que não é apenas uma aplicação da Bíblia, mas, antes, *o lugar onde ela mora*. Desde suas origens, no amanhã do exílio babilônico, a Bíblia é livro da assembleia litúrgica, a voz pela qual a “assembleia de Deus” se sabe convocada. Na assembleia reina o espírito que é o horizonte no qual a palavra bíblica é reconhecida como expressão da experiência fundadora da Tradição do povo. Isso vale ainda hoje. Se se diz que as Escrituras devem ser lidas no espírito em que foram escritas (DV 12), isso se aplica em primeiro lugar à Liturgia.

A partir da afirmação da presença do Espírito do Senhor na Liturgia, a Prop. 14 indica algumas pistas práticas, insistindo, entre outras coisas, no Ano Litúrgico, a proclamação digna, o canto etc. A Prop. 15 salienta a homilia, que nunca deveria faltar e precisa ser bem preparada no interior do coração.

Para nós na América Latina são particularmente importantes as Proposições 17 e 18. Reconhece-se o papel fundamental das mulheres no serviço da Palavra e pleiteia-se que o *ministério* do leitorado seja aberto a elas como aos demais agentes leigos. E apoia-se a prática da Celebração da Palavra como alimento para as comunidades que não podem ter a celebração eucarística dominical. A experiência das numerosas comunidades que já praticam essa forma de celebração poderá dar origem a um diretório para facilitar sua organização<sup>37</sup>.

Enquanto as Proposições 22-24 retomam os temas da *leitura orante* — que deveria tornar-se prática cotidiana dos fiéis —, da catequese, da leitura e oração bíblica na vida religiosa, a Prop. 25 reflete a questão dos dois níveis do estudo escriturístico. A hermenêutica bíblica não se realiza *se*, juntamente com o estudo histórico dos textos, não procura também sua dimensão teológica. Nesse sentido, a Prop. 26 propõe uma ampliação do estudo exegético nos centros de formação. Na mesma linha poderá ser superado o dualismo entre exegese e teologia, diz a Prop. 27, que lembra oportunamente o pronunciamento do Papa em 14 de outubro: “Onde a exegese não é teologia, a Escritura não pode ser a alma da teologia [cf. DV 24] e, vice versa, onde a teologia não é essencialmente interpretação da Escritura na Igreja, essa teologia já não tem fundamento”. É importante observar que a Prop. 29 pede preparação e formação histórico-literária para que os fiéis possam ler de modo adequado o Antigo Testamento, levando em consideração que o Cristo pascal é a “chave hermenêutica” para que a leitura seja cristã.

---

<sup>37</sup> A CNBB já lançou, neste sentido, o *Guia Litúrgico Pastoral* (2007).

Muito peso tem a Prop. 30: “[...] O Sínodo recomenda que se incremente a ‘pastoral bíblica’ não em justaposição a outras formas da pastoral, mas como animação bíblica da pastoral inteira”. O que a *Dei Verbum* disse do estudo da teologia (que fosse animado pela Sagrada Escritura) aqui se diz da pastoral inteira. E destaca, nessa missão, o papel fundamental dos leigos e “em particular [d]as mulheres [...] a exemplo de Maria de Mágdala, primeira testemunha da alegria pascal”. E a Prop. 31 recorda oportunamente que, segundo a Exortação *Pastores dabo vobis* de João Paulo II, “o sacerdote deve ser o primeiro ‘crente’ da Palavra”. Ele não é o dono da Palavra, mas seu servo; não possui o monopólio dela, mas é devedor em relação ao Povo de Deus. Daí se deduzem as linhas para a formação sacerdotal sugeridas na Prop. 32, inclusive “um renovo dos programas acadêmicos para que melhor apareça o estudo sistemático da teologia à luz da Sagrada Escritura”<sup>38</sup>.

Nas demais Proposições desta parte vêm à tona a formação bíblica de todos os fiéis, a animação bíblica dos jovens, a Bíblia e a pastoral da saúde, a Bíblia e a unidade dos cristãos, contexto no qual se menciona também a presença de S. Santidade Bartolomeu I, Patriarca Ecumênico de Constantinopla.

### 3) *A Palavra de Deus na Missão da Igreja (Prop. 38-55)*

Ressalta-se a incumbência missionária geral de todos os fiéis e o envolvimento da realidade mundana no escutar os “sinais dos tempos”. E repetem-se as palavras de Paulo VI na *Evangelii Nuntiandi*: “A luta pela justiça e pela transformação é constitutiva da evangelização” (Prop. 38-39).

No espírito de abertura à cultura realça-se a presença da Palavra de Deus na arte litúrgica (Prop. 40), mas também no diálogo com a cultura do mundo, “sobretudo face às diversas demandas de sentido presentes no mundo de hoje” (Prop. 41). E nessa perspectiva “convém organizar grupos de leitura bíblica também nos ambientes secularizados ou entre os não crentes como uma via para abrir o mundo a Deus mediante a palavra da Bíblia”. Uma observadora russa lembrou a força dos temas bíblicos presentes na literatura e na arte de seu povo, produzindo seu efeito, quase que *ex opere operato* (apesar da vida boêmia dos próprios artistas!). Evitou-se,

---

<sup>38</sup> Na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), de Belo Horizonte, o programa bíblico é especialmente extenso e sincronizado com as matérias dogmáticas. No 1º semestre a Teologia fundamental é cotejada com o Pentateuco, os Livros Históricos e os Profetas e com o evangelho básico de Marcos; no 2º, o menu bíblico é enriquecido com Mateus e Paulo para basear melhor o estudo da Cristologia e da Moral Fundamental; no 3º, os Escritos Joaninos enriquecem a base bíblica para estudar o tratado de Deus-Trindade; no 4º, quando se estuda a Eclesiologia, a formação bíblica é completada por Lucas e Atos, mais os Escritos Sapienciais, antes que no 5º/6º semestre se abordem a Antropologia Teológica e a Escatologia.

porém, a expressão “Bíblia patrimônio da Humanidade”, talvez porque poderia ser entendida como desapropriação da Bíblia da comunidade dos fiéis, que a guarda no espírito em que foi concebida.

Outras proposições (42-45) dizem respeito às traduções, à difusão bíblica, aos meios de comunicação social. A Prop. 46 trata do *fundamentalismo*. Lembrando que nossa fé tem por fulcro um evento histórico, rejeita, porém, a leitura fundamentalista, que ignora a historicidade da expressão humana do texto inspirado, especificamente dos gêneros literários. “O crente, para usar com fruto a *Lectio Divina* deve ser educado a ‘não confundir inconscientemente os limites humanos da mensagem bíblica com a substância divina dessa mesma mensagem’”<sup>39</sup>. Na esteira dessas observações considera-se o fascínio das *seitas*<sup>40</sup> que, por vezes prometendo uma ilusória prosperidade, usam de um discurso fundamentalista (Prop. 47). A verdadeira resposta porém não consiste em atitudes meramente defensivas, mas na genuína animação bíblica de toda a nossa pastoral.

As Proposições 48-50 tratam da *inculturação*, da *missão aos não cristãos* em nosso mundo globalizado, do *diálogo inter-religioso*. A Prop. 51 retoma a expressão de Paulo VI que chamou a Terra Santa “o quinto evangelho” por causa daquilo que as peregrinações contribuem para a memória viva. As Proposições 52-53 falam então do diálogo com o povo judeu e com o Islã, a Prop. 54 lembra a dimensão cósmica da Palavra de Deus em vista da conservação do mundo criado (a ecologia), e a última (Prop. 55) é dedicada à figura de Maria, “*Mater Dei et Mater fidei*”.

#### **4.4. A Mensagem Final**

Paralelamente aos trabalhos do plenário foi elaborada, pelo renomado biblista e poeta Gianfranco Ravasi, a belíssima mensagem final da Assembleia<sup>41</sup>. Descreve o encontro dialógico com a Palavra de Deus com quatro imagens: a *voz*, o *rosto*, a *casa*, as *estradas*.

A *Voz* divina soa na origem da criação e penetra na história ferida pelo pecado humano e envolvida no sofrimento e na morte. É a voz do Senhor

---

<sup>39</sup> Citando a PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, *A Interpretação da Bíblia na Igreja* (ver nota 8), I F.

<sup>40</sup> O termo “seita” suscitou alguma hesitação, em vista das comunidades cristãs não católicas, mas o conteúdo da Proposição deixa claro que não se trata das Igrejas “sérias”.

<sup>41</sup> Para o texto completo, veja MESSAGGIO al Popolo di Dio della XII Assembleia Generale Ordinaria del Sinodo dei Vescovi. [http://www.vatican.va/roman\\_curia/synod/documents/rc\\_synod\\_doc\\_20081024\\_message-synod\\_it.html](http://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20081024_message-synod_it.html) (acessado 10/07/2009). Cf. também a síntese distribuída na Assembleia: XII Assamblea Generale del Sinodo dei Vescovi. *Sintesi del Messaggio* [24 out. 2008]; traduzida, com algumas supressões, em KONINGS, “O Sínodo da Palavra de Deus” (ver supra, nota 25).

que caminha com a humanidade para lhe oferecer sua graça, sua aliança, sua salvação. É a voz que desce às páginas das Sagradas Escrituras. Mas quando “a Palavra se faz carne” (Jo 1,14), aparece o *Rosto*, Jesus Cristo, Filho de Deus eterno e infinito, mas também homem mortal, ligado a uma época histórica, a um povo e a uma terra. Ele vive a existência sofrida da humanidade até a morte, mas ressurge glorioso e vive para sempre. Ele aperfeiçoa nosso encontro com a Palavra de Deus e se revela como o “sentido pleno” e unitário da S. Escritura. Ele nos faz entender que também as Escrituras são “carne”, isto é, palavras humanas que é preciso compreender e estudar no seu modo de expressão, enquanto conservam no seu interior a luz da verdade divina que só com o Espírito Santo podemos viver e contemplar. O mesmo Espírito nos conduz à terceira paisagem de nosso itinerário, a *Casa da Palavra*, a Igreja, que, como sugere Lucas (At 2,42), se ergue sobre quatro colunas: o ensinamento, a fração do pão, as orações com salmos, hinos e cânticos espirituais; e a comunhão fraterna, pois não basta ser ouvintes da Palavra, devemos também pô-la em prática (Lc 8,21). A última imagem do mapa espiritual é a *estrada* pela qual envereda a Palavra de Deus, para percorrer as estradas do mundo, que hoje são as da comunicação informatizada, televisiva, virtual, para entrar nas famílias, nas escolas e nos ambientes culturais, na ética comum. Mas no seu percurso a Palavra nos faz ouvir também o gemido de dor que sai da terra, ela traz no vértice a cruz na qual Cristo, só e abandonado, vive a tragédia do sofrimento e da morte. Precisamente por esta presença do Filho de Deus, a escuridão do mal e da morte é iluminada pela luz pascal e pela esperança da glória.

A mensagem termina numa exortação: que em todas as casas se leia a Bíblia, que suas páginas se transformem em oração e testemunho de vida, que sejam escutadas com amor e fé na liturgia. Que se crie o silêncio para escutar com eficácia a Palavra do Senhor e, depois da escuta, se conserve o silêncio, para que ela continue a habitar, a viver e a falar junto de nós. “Façam-na ressoar no início de seu dia, para que Deus tenha a primeira palavra, e deixem-na ecoar em vocês à noite, para que a última palavra seja de Deus”.

## **5. Reflexão**

### **5.1. A Revelação e a Sagrada Escritura**

A XII Assembleia Ordinária fez clara distinção entre a Palavra de Deus e a Bíblia, embora as discussões tenham girado noventa por cento em torno da Bíblia. Situemos a questão no quadro da doutrina da Revelação. O conhecimento de Deus e de seu agir não se limita ao que a razão natural do ser humano proporciona (DH 3004-3005), nem se confina no âmbito do conhecimento intelectual ou conceitual. Trata-se da percepção de um acontecimento, a *experiência de um evento*. Nossa experiência precede e ultra-

passa o que formulamos em conceitos e proposições. Em se tratando de revelação divina, não podemos limitar-nos ao que é formulado em conceitos, mas devemos considerar a experiência vital (de Deus) que em Jesus Cristo tem seu ponto culminante e cujo testemunho escrito é consignado nas Sagradas Escrituras. Conscientes da transcendência absoluta de Deus, entendemos que ela não fica confinada num fenômeno humano como é uma coleção de escritos. Daí afirmar-se que a Palavra de Deus é maior que a Bíblia. Palavra de Deus no sentido de manifestação de Deus e de experiência humana de sua presença, atuação e comunicação: *diálogo*. Experiência de um diálogo com Deus que fala e escuta. A *transcendência* como primeira qualificação de Deus é completada pela *condescendência* de Deus, que se manifesta nas Escrituras (cf. DV 13), mas nelas não se esgota. A manifestação de Deus é maior que a Bíblia, e diz respeito à humanidade inteira, não só no âmbito da tradição bíblica. O evento que reuniu duzentos e cinquenta bispos não foi um sínodo sobre a Bíblia, mas sobre a Palavra de Deus, ou seja, sobre o diálogo de Deus com a humanidade.

A Palavra de Deus começa desde a criação e tem seu ápice em Jesus de Nazaré, o Verbo Encarnado. Esta encarnação da Palavra é continuada na Tradição que tem como referência escrita e *norma normata et normans* as Sagradas Escrituras<sup>42</sup>, circunscritas a partir da fé apostólica e eclesial. Isso não exclui que as sementes da Palavra estejam presentes aonde se estende a obra da criação, e por isso a contemplação de toda a criação e o diálogo com toda a humanidade fazem parte da escuta dessa Palavra criadora e restauradora.

A Bíblia faz parte da Tradição da fé vivida. Contudo, apesar da *Dei Verbum*, a dicotomia entre Escritura e Tradição continua na mente de muitos fiéis e mesmo de líderes eclesiais. Falta a compreensão daquilo que é a verdadeira Tradição, da qual as Sagradas Escrituras canônicas fazem parte. A Tradição, por ser a experiência de primeira mão do Evento Jesus, antecede as Escrituras em sua constituição canônica, e mesmo os escritos de Israel só se tornam Sagrada Escritura *cristã* depois de assumidas neste referencial escrito da fé, o que já indica o princípio hermenêutico: que sejam interpretadas à luz do Evento Jesus Cristo.

A Bíblia é Palavra de Deus, mas não a Palavra de Deus toda. A Bíblia, especialmente o Novo Testamento, contém a expressão da Palavra de Deus de modo privilegiado e representativo. Como cristãos acreditamos que nas Escrituras cristãs encontramos o essencial do evento da manifestação de Deus no universo e na história, e em relação à sua mensagem configuramos a nossa resposta. A Bíblia é a referência escrita da tradição/transmis-

---

<sup>42</sup> Ou seja, como regra de fé (*normans*), porém estabelecida (*normata*) a partir da fé apostólica. Ver supra, nota 4.

são do evento de revelação que foi a atuação de Jesus de Nazaré, cujo efeito continua até hoje. A Bíblia não é a Tradição toda e muito menos a Revelação toda. A Tradição viva existe antes da Bíblia cristã, mas esta é a referência firme com a qual a Tradição viva sempre terá de se aferir.

A Sagrada Escritura cristã se constitui com o Novo Testamento. De fato, o que chamamos o Antigo Testamento, as escrituras do povo de Israel, foi assumido no referencial escrito do Evento Jesus — o Novo Testamento — na medida em que faz parte deste evento e integra a regra de fé dos seguidores de Jesus. Para os primeiros teólogos cristãos, as escrituras de Israel são assumidas como Escritura Sagrada principalmente por causa da profecia: as escrituras de Israel encontram “cumprimento” — sentido pleno — no Evento Jesus. Mas essas citações esparsas, que abrangem só uma pequena parte das escrituras de Israel, não justificam a acolhida de todo o conjunto e até de alguns escritos que só se encontram na tradução grega dos Setenta. De alguma maneira, os primeiros cristãos sentiram que o laço com as escrituras de Israel era muito mais do que o arsenal de “profecias” posto a serviço da pregação cristã. As escrituras de Israel são a expressão da cultura e da experiência religiosa na qual se encarna Jesus-Palavra, e são também a linguagem de que os seus se serviram para anunciá-lo. São o *thesaurus linguae* do Novo Testamento. Sem elas não se entendem nem a mensagem do Reino proclamado por Jesus, nem o Evento de Jesus proclamado por seus discípulos. E bastou que Marcião tencionasse excluí-las, para que a Grande Igreja dissesse: isso não, elas são a *nossa* Escritura, testemunho do pacto original, o antigo, que recebe seu sentido pleno no pacto novo, renovado no sangue de Cristo. “Quod in vetere latet in novo patet”<sup>43</sup>.

## 5.2. A leitura da Bíblia

Vimos que, depois da crise da Reforma e do Iluminismo, que suscitara restrições à leitura da Bíblia pelos leigos católicos, o Papa Leão XIII iniciou uma “liberação da Bíblia”, ampliada pelo movimento bíblico, sancionada por Pio XII e completada pelo Concílio Vaticano II, sobretudo pela renovação das leituras litúrgicas e pelo estímulo à pastoral bíblica. Na atualidade, porém, essa “liberação” é por vezes entendida como um *sola scriptura*. A distância psicológica do Magistério — injustamente considerado sinônimo da Tradição — faz com que, às vezes, a Bíblia se torne referência exclusiva da fé e da prática de indivíduos e comunidades. Grande se torna, então, o perigo das interpretações particulares, já combatidas em 2Pd 1,20-21: as Escrituras não estão sujeitas a interpretação individualista<sup>44</sup>.

<sup>43</sup> AGOSTINHO, *De spiritu et littera*, 7.

<sup>44</sup> A *Revised Standard Version* traduz de modo feliz: “no prophecy of scripture is a matter of one’s own interpretation”.

As Escrituras devem ser lidas no espírito em que foram escritas, e esse espírito é o Espírito que anima a Igreja. Espírito dinâmico, que faz as Escrituras falarem para todos os tempos, mediante o processo hermenêutico que acontece na *ecclesia*. A *sola scriptura* de Lutero foi uma reação a doutrinas e práticas julgadas de alijarem a Escritura como *norma normans*, mas não serve de chave-mestra para a hermenêutica. Vemos o perigo da hipostasiação e da fetichização. Há quem considere a Bíblia como *in se subsistens*, mostrando infalível e literalmente a verdade, independentemente da *oboedientia* ou escuta atenta ligada à realidade, ao mistério celebrado e à integralidade da fé eclesial (*analogia fidei*). Há também quem faça dela um fetiche, quando é apresentada como mero objeto de veneração ou como objeto mágico para produzir prosperidade. Não é a Bíblia por si que produz santos, mas a Bíblia como parte da Palavra da Deus na vida da Igreja, palavra que ultrapassa a letra da Bíblia. Muitos santos nunca tiveram, materialmente, uma Bíblia em mãos, mas viveram a fé que a comunidade eclesial lhes transmitiu (e que pode ser aferida com as Escrituras).

No Sínodo, insistiu-se na leitura bíblica nas diversas formas de *Lectio Divina*. Leitura bíblica não apenas no sentido do estudo científico, que de acordo com o próprio Papa continua indispensável, mas sobretudo no sentido teológico autêntico, isto é, quando dialogamos com a palavra bíblica como sendo “o que na verdade é, palavra de Deus” (1Ts 2,13). Trata-se de uma leitura bíblica nem estetizante nem, sobretudo, fundamentalista. Não estetizante, porque, sem negar a manifestação de Deus no belo, a Bíblia, que tem seu centro no anúncio, por Jesus, do Reino aos pobres e oprimidos e no mandamento do amor do qual Jesus nos dá o testemunho e exemplo, não serve para meros arroubos sentimentais. Tampouco fundamentalista, porque na leitura bíblica existe uma hierarquia que orienta tudo para aquilo em que Jesus se revela Filho de Deus, sobretudo a Cruz (cf. Mc 15,38; Fl 2,6-11); e relativiza aquilo que é subordinado: conceitos culturais, instituições sociais, morais e religiosas da Antiguidade. “Até João Batista, a Lei e os Profetas; desde então o Reino de Deus” (Lc 16,16). Daí o princípio de Lutero para discernir o “cânone no cânone”: “o que gera Cristo” (*was Christum treibt*).

A *Lectio Divina* é leitura teológica do texto. Teológica, no sentido de levar Deus à fala, portanto, aberta a um significado transcendente, o “mistério”, e não fechada nas questões de autenticidade literária e histórica, que não são propriamente a mensagem do texto. Decerto, a exegese crítica teve um grande saldo positivo, ensinou-nos a melhor conhecer os autores (mesmo quando anônimos) e seus escritos e continua produzindo bons frutos, sobretudo no conhecimento do contexto histórico e sociocultural. Mas para escutar na Bíblia a Palavra de Deus não se necessita sempre de toda essa erudição e, por outro lado, precisa-se de mais do que isso: do ouvido atento ao mistério de Deus que se manifesta. Decerto, esse mistério não se

manifesta de um modo que dispense a encarnação histórica que é o objeto dos métodos críticos, mas essa manifestação não se identifica pura e simplesmente com os resultados desses métodos.

Essa leitura com ouvido aberto ao mistério, na *oboedientia fidei*, é a leitura fiel. Ela será em primeiro lugar narrativa: deixa o texto fazer seu relato, narrar sua história, produzir seu argumento. Por outro lado, é consciente de estar lidando com uma expressão daquilo que transcende a experiência humana. Neste sentido, será uma leitura simbólica<sup>45</sup>, em que o humanamente enunciado aponta para a realidade transcendente.

A menção frequente à *Lectio Divina* — que não é nenhuma novidade na vida a Igreja<sup>46</sup> — exprime o anseio de que a leitura e o estudo da Bíblia sejam um espaço em que, na dupla fidelidade ao texto e à vida da comunidade hoje, escutemos Deus que nos escuta e nos fala. Lembremos, pois, as palavras do Papa Bento XVI, dizendo que sem o fundamento do estudo literário-crítico a leitura pode carecer de consistência, e que sem a oração o estudo pode reter a palavra bíblica de sua missão de falar para este e para todos os tempos<sup>47</sup>.

### **5.3. A Palavra de Deus e sua interpretação na práxis**

A Bíblia (cristã) nasceu da Tradição que assumiu os escritos dos apóstolos a respeito de Jesus e as escrituras de Israel a respeito da Aliança como sua referência escrita. E a mesma Tradição viva cuida de sua interpretação, de acordo com sua vida e práxis, pois só olhando para a práxis que elas geram é que se compreende o sentido verdadeiro das Sagradas Escrituras. Compreende-se melhor pela prática do que pela gramática!

Esta práxis tem duas dimensões intimamente articuladas, a mística e a ética<sup>48</sup>. A práxis ética é o agir cristão de acordo com o espírito daquilo que testemunha a Escritura cristã. Ora, existe uma hierarquia neste testemunho. O primeiro lugar pertence ao mandamento do amor, atestado pela palavra e pelo exemplo de Jesus. O Sermão da Montanha e outros textos do Novo Testamento, muitas vezes com analogias surpreendentes no Antigo, nos ensinam a interpretar toda a “Lei” à luz deste supremo mandamento e à luz do exemplo de Jesus que doou sua vida por amor. As

---

<sup>45</sup> Evitando porém as alegorias que, sobretudo em relação ao Antigo Testamento, foram desenvolvidas porque não se via um sentido diretamente “cristão”.

<sup>46</sup> Temos as meditações bíblicas dos Pais da Igreja e dos mestres espirituais, os Exercícios Espirituais de Inácio de Loyola, o Ofício de Leituras, os círculos bíblicos conduzidos pelo Espírito que Cristo envia do Pai, a própria liturgia da Palavra quando celebrada de acordo com sua índole profunda.

<sup>47</sup> Cf. supra, nota 14.

<sup>48</sup> Cf. J. KONINGS, *Ser cristão*, 4ª ed., Petrópolis: Vozes, 2007, cap. 3.

exigências rituais perdem seu valor preponderante; o Templo, que era seu contexto vital, desapareceu. O verdadeiro “culto espiritual” é agora a vida reta, justa, ética<sup>49</sup>. Mas a práxis é também mística, na oração, geradora de novas expressões de culto litúrgico. Neste sentido, apresentam-se-nos, antes de tudo, a oração do Senhor e a Eucaristia, memorial do gesto decisivo de Jesus; e depois, o batismo e outras expressões da realidade salvífica. Considerando a Bíblia como expressão privilegiada e objetivamente verificável da Palavra de Deus, a Tradição sempre procurou mostrar as raízes neotestamentárias da prática sacramental.

#### **5.4. A “sacramentalidade” da leitura bíblica e a Liturgia**

Alegremo-nos com a percepção da dimensão sacramental da própria leitura bíblica, e o Sínodo não deixou de sublinhar esta percepção. A “sacramentalidade” da Escritura significa que ela é um *signal* da Palavra de Deus, a qual nunca pode ser materialmente delimitada. Mais: a Escritura, assim como os sacramentos, produz a santificação independentemente da pessoa do ministro ou intérprete<sup>50</sup>, mas não independentemente da vida que a Igreja transmite. Por isso, a Tradição viva deve ser santa.

No Sínodo reforçou-se a íntima relação entre a “Mesa da Palavra” e a “Mesa do Pão”, já realçada pelo Concílio Vaticano II. Falou-se muito da homilia, mas não com muito ânimo: “ouveu-se um lamento em Roma”... Com respeito à homilia e à Liturgia da Palavra, o intuito do Concílio Vaticano II não está sendo realizado<sup>51</sup>. Enquanto em algumas igrejas as homilias continuam sendo feitas sem conexão com as leituras (nem com a celebração como tal), em outros casos os homiletas se perdem em tentativas de fazer a exegese das três leituras sem realçar uma ideia central. É verdade que às vezes falta unidade temática, nos domingos do tempo comum, visto que a segunda leitura não é escolhida em função do tema do evangelho e da primeira leitura. Mas um pouco de criatividade basta para vencer esse obstáculo<sup>52</sup>. Muitas vezes não se mostra o elo que une a Mesa da Palavra à Mesa do Pão. Contudo, basta lembrar aos ouvintes que o dom da vida de Jesus, celebrado no memorial eucarístico, é a confirmação de sua palavra proclamada no evangelho. É neste sentido que o Papa lembrou que a Eucaristia é a melhor exegese das palavras de Jesus.

<sup>49</sup> Rm 12,1; Hb 13,15; 1Pd 2,5; cf. Jo 4,21-23; 2,21.

<sup>50</sup> Neste sentido, *ex opere operato*.

<sup>51</sup> Cf. J. KONINGS, *Liturgia dominical: Mistério de Cristo e formação dos fiéis* (anos A-B-C), 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 2004, p. 14.

<sup>52</sup> Existem esquemas de reorganização das segundas leituras do tempo comum que apresentam o epistolário com mais proveito que o atual e sempre em consonância com a primeira leitura e o evangelho. J. KONINGS, *Liturgia dominical*, p. 12, nota 1; p. 26; cf. índice pp. 518-540.

Houve sugestões para melhorar a escolha das leituras. Uma dessas sugestões era de ampliar a leitura do Antigo Testamento, que, de fato, é muitas vezes mal recortada. Mas isso exigiria ainda mais “erudição” de nossos fiéis. Alguns propuseram uma leitura contínua do Antigo Testamento, mas isso seria pouco aconselhável, pois nem tudo o que está no Antigo Testamento combina facilmente com o Sermão da Montanha... Mesmo admitindo que a Aliança de Deus é para sempre, os escritos do Antigo Testamento não têm o mesmo *status* que os do Novo. Parece certo o princípio de escolher no Antigo Testamento o que ajuda a compreender o Novo, como faz o esquema atual, embora a escolha e o recorte das perícopes possam ser aperfeiçoados<sup>53</sup>.

A razão principal do esvaziamento da Liturgia da Palavra é a falta de preparação séria, não só da homilia como também do proferimento das leituras, inclusive por falta de preparo dos leitores. Para dar maior consistência à função de leitor propõe-se conferir-lhe a ordem menor do leitorado, inclusive às mulheres. De toda maneira, uma organização pastoral dos leitores, quiçá não apenas como ministros litúrgicos, mas como agentes comunitários e catequéticos da Palavra, poderá tornar a reforma litúrgica do Vaticano II mais frutífera.

A Liturgia foi chamada a *morada* da Palavra proclamada e rezada *in Ecclesia*. Liturgia das Horas, Ofício de Leituras, retomando o contato com a tradição patrística. Liturgia da celebração da Palavra em nossas comunidades, celebradas em circunstâncias variadas e não só por carência de sacerdotes<sup>54</sup>. Liturgia, principalmente, da Eucaristia servida na Mesa do Pão depois de participarmos da Mesa da Palavra, porque o dom da Vida de Jesus no sinal do Pão é confirmação e exegese prática da Palavra proclamada. Toda a solicitude para aperfeiçoar a celebração é pouca. Da liturgia, enquanto centro da vida e lugar da expressão de cada comunidade, exige-se “qualidade total”, desde o funcionamento do microfone até a singela beleza do espaço<sup>55</sup>, desde o treinamento dos leitores até a profundidade da homilia, alimentada pela contemplação e pelo estudo de subsídios adequados... Pois se trata da “Palavra do Senhor”, como se proclama no fim das leituras; da “Palavra da salvação”, como se diz depois da leitura do Evangelho!

---

<sup>53</sup> Poder-se-iam introduzir, nos lecionários, breves comentários (facultativos) para relevar o sentido central das leituras (os sobrescritos que agora estão aí não cumprem essa função).

<sup>54</sup> Cf. CNBB, *Liturgia em Mutirão*: Subsídios para a formação, Brasília: CNBB, 2007. Leia-se as publicações da Rede Celebra, especialmente I. BUYST, *Presidir a celebração do dia do Senhor*, 2ª ed., São Paulo: Paulinas, 2006; ID., *A Palavra de Deus na liturgia*, 5ª ed., São Paulo: Paulinas, 2004; cf. I. BUYST (org.), *Domingo, dia do Senhor*, 2ª ed., São Paulo: Paulinas, 2004.

<sup>55</sup> Leia-se o número de julho-agosto de 2009 da revista *Vida pastoral* (São Paulo: Paulus), dedicado a este assunto.

## **5.5. Animação bíblica da pastoral inteira**

O Sínodo assumiu o desejo, já expresso no documento de Aparecida (Dap 248), de que não apenas exista uma pastoral bíblica, mas que *toda a pastoral seja bíblica*, permeada pela palavra bíblica de Deus. Em *toda* a pastoral devem estar presentes o “espírito bíblico” e também *as palavras bíblicas*, como referência da *Palavra* de Deus que é Jesus Cristo. A Bíblia acompanhará toda a pastoral como manancial de uma linguagem que deve trazer presente a experiência inicial, o primeiro amor. Isso vale do Novo Testamento, memorial do Evento Jesus. Mas vale também do Antigo Testamento, livro da Aliança de Deus na história do povo da Promessa, levada à plenitude no Evento Jesus, e manancial das imagens e palavras que moldaram a linguagem e o modo de agir daquele que é a Palavra de Deus. Ora, para que se possa acompanhar toda a vida de fé da Igreja, desde a memória dos tempos primordiais até a prática pastoral atual, nas realidades econômicas, políticas, culturais e religiosas mais diversas, parece necessário que exista, por assim dizer, uma linguagem do povo bíblico, na oração e na celebração, na meditação e no diálogo do dia-a-dia. Desafio para os tradutores, liturgistas, catequetas...

A expressão: “que a pastoral inteira seja bíblica” diz respeito à vida da fé atuante na práxis. Talvez seja este o sentido, hoje, da *analogia fidei*, entendendo-se a *fides* não num sentido doutrinário, mas no sentido da ortopraxis alimentada pela Tradição inteira, feita de palavras, atitudes, símbolos, práticas, afetos... tudo o que serve para dar continuidade à encarnação do Verbo. Na prática, isso significa também que convém, antes de procurar fórmulas pastorais em manuais de ação política ou de administração de empresas, alimentarmos-nos com os paradigmas bíblicos lidos à luz de sua verdadeira chave hermenêutica, que é Jesus de Nazaré.

## **6. Conclusão prática**

Aguardamos agora a Exortação Apostólica a ser promulgada pelo Papa, em consonância com a voz da Assembleia Geral e das Igrejas particulares que a prepararam. Mas desde já temos elementos para projetarmos uma renovação bíblica de toda a nossa pastoral.

Propomos:

- o reforço do estudo bíblico na academia, nos institutos e nos seminários, tanto na linha dos métodos histórico-críticos e literários quanto na linha de uma compreensão teológica e interpretação para a vida dos fiéis e das comunidades, e de todas as pessoas, como um falar com o Deus da Bíblia sobre a vida à luz da práxis de Jesus, centro da tradição bíblica cristã;
- a confirmação e expansão, em todos os setores da Igreja, de grupos de leitura e estudo bíblico, na dupla fidelidade à Palavra e à vida;

- a leitura orante ou *Lectio Divina*, como prática pessoal e comunitária;
- os diversos tipos de celebrações da Palavra, dominicais e outras, de acordo com a vida das comunidades<sup>56</sup>;
- a leitura bíblica em diálogo com os não católicos, com os judeus, com os não cristãos e mesmo com os agnósticos;
- a descoberta da Palavra de Deus fora do texto da Bíblia, na vida cristã em geral, mas também em todas as formas de manifestação de Deus na criação, na História e nas culturas;
- o aperfeiçoamento das traduções bíblicas, tanto as de tipo formal (para o estudo, o uso documental e a proclamação litúrgica), quanto as mais livres ou dinâmicas, destinadas a usos específicos;
- a preparação dos leitores e ministros da Palavra, os futuros e os já atuantes, homens e mulheres, inclusive com acompanhamento de profissionais para os diversos aspectos (bíblico-litúrgicos, linguísticos, técnicos);
- envolver no esforço bíblico-catequético-litúrgico também os agentes e ministros de outros setores da vida da comunidade, para que a pastoral toda seja bíblica;
- uma séria retomada dos esforços litúrgicos na linha da autêntica interpretação da Reforma Litúrgica do Concílio Vaticano II, especialmente no que concerne à homilia e ao canto litúrgico, o qual deve criar o ambiente para a recepção da Palavra;
- cuidado para que os temas litúrgicos não sejam sufocados por temas adventícios e/ou ocasionais;
- um renovado incentivo para uma sólida catequese bíblica narrativa, em vez de um estéril conceitualismo ou questionável devocionismo.

**Johan M. H. J. Konings SJ**, doutor em Teologia e mestre em Filosofia e em Filologia Bíblica pela Universidade Católica de Leuven (Lovaina), Bélgica, é professor de exegese bíblica na FAJE em Belo Horizonte (MG). Entre outras obras publicou: *Descobrir a Bíblia a partir da Liturgia* (São Paulo: Loyola, 1997); *A Palavra se fez livro* (3ª ed., São Paulo: Loyola, 2009); *Liturgia Dominical: Mistério de Cristo e formação dos fiéis: anos A – B – C* (4ª ed., Petrópolis: Vozes, 2009); *Ser cristão* (4ª ed., Petrópolis: Vozes, 2007); *Evangelho segundo João: Amor e fidelidade* (2ª ed., São Paulo: Loyola, 2005); *A Bíblia nas suas origens e hoje* (6ª ed., Petrópolis: Vozes, 2006). Coordenou a tradução brasileira de H. DENZINGER / P. HÜNERMANN, *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral* (São Paulo: Loyola / Paulinas, 2007). Participou como perito no Sínodo dos Bispos em 2008.

**Endereço:** Av. Dr. Cristiano Guimarães, 2127  
31720-300 Belo Horizonte – MG  
e-mail: konings@faculdadejesuita.edu.br

<sup>56</sup> Distingam-se a celebração da Palavra dominical nas comunidades sem presbítero, ligada à ordem do ano litúrgico e lembrando a comunhão eucarística, e as celebrações mais livres por diversas ocasiões pastorais ou de tipo contemplativo.